

ATA Nº25

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 25 de junho de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30/04/2021;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020;** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, eleitos na lista do PSD. -----

-----Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira e António Bastião em substituição de Patrícia Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Rafael Castro, em substituição de Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Liliana Barreira, Xavier Prior Neto, Maria Pedro Silva, Paulo Alexandre Ferreira Malta, Patrícia Ferreira, Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão e Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo;-----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Caladé, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30 de abril de 2021.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia trinta de abril de dois mil e vinte e um, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias três de maio e vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem os quiser consultar. Entretanto, o senhor Presidente deu nota de um abaixo-assinado, enviado ao Presidente da Assembleia e ao senhor Presidente da Câmara, que se prende com um pedido de reparação da Estrada dos Alemães, a estrada que liga Parada de Cima a Santa Catarina. O senhor Presidente da Assembleia teve o cuidado de informar o senhor Presidente da Câmara sobre o assunto e tem conhecimento que este já reuniu com os proponentes e já foi encontrada uma solução para a reparação. De qualquer forma o senhor Presidente da Mesa contactou com o primeiro proponente, deste abaixo-assinado, para saber se queria vir participar nesta sessão, mas ele informou de que tendo em conta que as coisas já estavam a ser tratadas com o senhor Presidente da Câmara entendeu que não seria necessário. No entanto, até por respeito institucional que se deve ter no tratamento destas questões, o senhor Presidente teve o cuidado de o informar que iria trazer o assunto para dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos senhores Deputados à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Não houve nenhuma inscrição para intervenção do Público. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que no geral as comemorações do 10 de Junho correram bem e o CDS-PP associa-se à homenagem feita a todas as entidades e pessoas que estiveram, e estão, no combate à pandemia. No entanto, deixou um reparo, ou seja, nos Paços do Concelho existiu também a Cerimónia do Hastear da Bandeira e a interpretação do Hino Nacional pela Banda Vaguense e este momento não apareceu em nenhuma foto ou vídeo, quer no site quer no facebook do Município. Em relação aos contentores do lixo perguntou o que é que um cidadão comum pode fazer quando a localização dos mesmos é alterada. Esta situação

acontece, por norma, quando alguém que os puxa para perto de si e depois não os coloca no sítio inicial. Na estrada nacional nº335, na sua passagem por Salgueiro, verifica-se que as passadeiras para peões estão praticamente apagadas por causa do elevado fluxo de trânsito. É muito importante para as pessoas que a visibilidade das passadeiras pedonais fosse reposta. No que respeita aos passeios pedonais para a Lavandeira o senhor Deputado perguntou se existem planos para a construção dos mesmos e em caso afirmativo qual será o itinerário e para quando a sua construção.-----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por deixar uma palavra de agradecimento a todos os membros da Assembleia Municipal, já que esta é provavelmente a última Assembleia Municipal deste mandato e muitos destes membros poderão não estar cá no próximo mandato. Deixa um agradecimento público ao trabalho que foi feito, à maneira como foi, durante estes quatro anos, representado o mandato de todos os partidos pelos membros aqui presentes. Este agradecimento estende-se, também, ao Executivo Municipal pela forma como se dignou a tratar todos por igual, e à Mesa, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela qualidade na condução dos trabalhos realizados. Entretanto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara pelo ponto de situação das obras da estrada Rines-Sanchequias que aparentemente estão terminadas. Existem pormenores na estrada, defeitos na estrada, e o senhor Deputado já teve oportunidade de chamar à atenção ao senhor Presidente e volta a fazê-lo. O empreiteiro nas reparações que está a fazer põe as pessoas a trabalhar duas ou três horas de manhã, vão embora, deixam sinais de trânsito a tapar praticamente a estrada toda e ficam uma semana sem voltar. Esta situação acontece ao longo da estrada, principalmente na reparação das elevações, e o empreiteiro deve ser chamado à responsabilidade para não haver prejuízo para as populações neste aspeto. Em relação ao Rali que decorreu em Vagos na ótica do senhor Deputado foi uma aposta ganha pela Câmara Municipal pela quantidade de gente que esteve pela estrada fora. O senhor Deputado andou pelo Concelho e viu muitas pessoas num convívio saudável e a cumprirem as regras de distanciamento e de proteção. O senhor Deputado perguntou qual o custo objetivo em concreto deste evento para o Concelho. Perguntou pelo ponto de situação da obra Covão do Lobo – Salgueiro. Por fim, referiu que hoje saiu uma notícia, sobre o acordo que há em relação à Habitação Social, que Vagos irá investir dez milhões de euros em habitação e gostaria de obter alguma informação em relação a este assunto. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e referiu que não queria deixar passar a sua função de Deputado Municipal sem mais uma vez propor a esta Assembleia Municipal a possibilidade de organizar o processo de elevação a Vila das Freguesias de Calvão, Gafanha da Boa Hora, Ponte de Vagos e Santa Catarina e Ouca. Vagos merece esta honra e o respetivo povo ainda mais e, por isso, apela aos Presidentes de Junta de Freguesia respetivos que se interessem pelo projeto. O senhor Deputado faz ainda um apelo ao senhor Presidente da Câmara que ative o projeto da variante da Vila de Vagos, pois o trânsito em Vagos é caótico. O projeto já está feito basta apenas pô-lo em prática. Entretanto, referiu que existe uma capela entre o Tabuaço e as Mesas em ruínas e, por isso, apela à Câmara Municipal e aos respetivos Presidentes de Junta de

Freguesia que se interessem pela sua restauração e dediquem-na a Santa Joana Princesa que passou algum tempo no antigo Convento de Ouca. O barco moliceiro vai ser apresentado como candidato a património imaterial da UNESCO. A este propósito, o senhor Basílio de Oliveira não pode deixar de salientar que os grandes autores do barco moliceiro foram os homens de Fonte de Angeão. Há tempos esteve colocado um barco moliceiro junto à Igreja de Fonte de Angeão e, entretanto, foi retirado. O senhor Deputado pergunta porque é que não se coloca lá novamente em homenagem às gentes de Fonte de Angeão. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que aproveitando as últimas palavras do senhor Basílio de Oliveira não podia acabar este mandato sem lhe fazer um pedido de desculpas de um comentário que fez em tempos em relação à luz na zona do Tribunal. E faz esse pedido de desculpas hoje porque só agora com mais luz é que o senhor Deputado percebeu que não se via nada naquela altura. Outro assunto importante para a Vila de Vagos são as obras realizadas na rua Banda Vaguense que tem um bom aspeto e uma utilidade bastante grande, porque aquela estrada não só de carros, mas também de pessoas, tem muito movimento e estava muito perigosa. Esta foi uma obra bem pensada, bem executada, mas Vagos precisa de mais e, por isso, pede que o Executivo Municipal continue a pensar naquilo que são as necessidades diárias desta terra porque está a ser invadida com camiões dia e noite e as estradas estão a ficar num estado lastimável. Por último, perguntou, com este estado de pandemia, em que ponto se encontra o plano balnear das praias do Concelho. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra e disse que na última Assembleia Municipal trouxe para discussão a Estrada dos Alemães em Santa Catarina, por estar associada a alguns acidentes rodoviários, alguns com gravidade. O senhor Presidente da Câmara disse na altura que *“depois de ouvir os bombeiros voluntários chegou-se à conclusão que não havia nenhum problema assim tão dramático com esta via.”*. Entretanto, é do conhecimento público um abaixo-assinado por causa deste problema e onde os membros da Assembleia Municipal receberam, por e-mail, uma adenda a dizer que se iria aplicar um antiderrapante nas zonas de curva daquela via. O senhor Deputado voltou a questionar o que se passa naquele local e o que é que mudou de há dois meses para cá. A segunda questão que colocou tem a ver com o ponto de situação do pagamento das transferências de competências para as Juntas de Freguesia. Em relação à notícia que saiu sobre um acordo entre a Autarquia e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana que permitirá o investimento de mais de dez milhões no Concelho de Vagos o senhor Deputado gostaria de obter mais pormenores sobre o assunto e se a Câmara Municipal reconhece o mérito do Governo Socialista neste programa. Relativamente à escola de Salgueiro questionou como é que a Autarquia vê a existência de uma Escola Básica com menos de vinte alunos no Concelho e se a melhor solução, quer do ponto de vista pedagógico quer de sociabilização dos mesmos alunos, não seria encontrar uma solução para transferir esses alunos para outro estabelecimento de ensino do Agrupamento. Por fim, referiu que o cemitério de Vagos parece estar ao abandono, há torneiras que faltam válvulas há já algum tempo, as obras estão em curso há imenso tempo, para não falar nas ervas existentes na parte nova. Os conterrâneos

vaguenses merecem mais dignidade. O senhor Deputado questionou como é possível que uma Vila como Vagos em dois mil e vinte e um não ter um local onde se coloquem os restos mortais das pessoas que desejam ser cremadas. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que traz essencialmente um esclarecimento e um pedido. O esclarecimento prende-se com a última Assembleia Municipal, em que o senhor Deputado não esteve presente, e com o elo de ligação com as Juntas de Freguesia. Só para clarificar que de facto foi uma proposta da Junta de Freguesia de Ouça, mas nunca foi referido o elemento que era para ser contratado para o efeito, eventualmente podia até ter sido alguém dos serviços municipais, era perfeitamente irrelevante essa questão. A avaliação do trabalho executado será feito por cada um desses elementos da Freguesia e aquilo que considera é que não pode ser feito trabalho político durante o decorrer desse trabalho, essencialmente na desinformação que por vezes é passada, pois considera uma falta de respeito para com a Junta de Freguesia e para com as pessoas que elegeram este Executivo. A segunda questão prende-se com a Comissão de Trânsito que sendo um órgão consultivo, ou um grupo de trabalho consultivo, seria importante que a sugestão, ou o parecer, fosse remetido por escrito para a Junta de Freguesia. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por dizer que faz dele as palavras do senhor Deputado Juan Martins em relação à Assembleia Municipal. Para o senhor Deputado foi um prazer trabalhar com estes membros da Assembleia Municipal, tendo algumas dúvidas que esta seja a última sessão deste mandato, mas será seguramente a última antes das eleições Autárquicas. De qualquer forma o senhor Deputado quer ver esclarecidas algumas questões. Em primeiro lugar tem notado, pelo menos na Vila de Vagos, que os serviços de limpeza urbana já estão a funcionar e do que tem visto estão a funcionar bem e ainda com uma vertente positiva, ou seja, terão optado pela contratação de funcionários prioritariamente de Vagos e isso é um ponto muito positivo. Em relação aos resíduos sólidos urbanos questionou sobre o ponto de situação pois, tanto quanto é do conhecimento do senhor Deputado, tem estado a ser prestado um serviço que já não era prestado há muito tempo, pelo menos os contentores veem-se mais bastas vezes limpos e vazios. Em relação aos contratos celebrados o senhor Deputado teve a oportunidade de consultar o portal BASE.GOV e constatou que apesar de todo o “borburinho” que existiu acerca deste assunto o valor que o Município de Vagos está a pagar mensalmente ascende a cerca de vinte e três mil oitocentos e cinquenta e sete euros e oito cêntimos, enquanto que Oliveira do Bairro tem um valor mensal de cerca de dez mil euros superior, porque ascende a trinta e dois mil setecentos e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos. O senhor Deputado pede ao senhor Presidente que confirme se está correta esta informação. Quanto ao pagamento dos acordos de execução às Juntas de Freguesia questiona se está em dia e se não está gostaria de saber o porquê. Relativamente aos pagamentos às IPSS's questionou se esses pagamentos estão em dia ou não. Por último, tem sido dito por aí que os munícipes de Vagos, por intermédio da Câmara Municipal, optaram por uma pista de motocross em detrimento de um Centro Escolar e o

senhor Deputado pediu esclarecimentos no sentido de saber se efetivamente esta situação se verifica. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros desta Assembleia Municipal. A intervenção começou com um agradecimento a todos por este período em que se esteve aqui a trabalhar em conjunto em prol do Município de Vagos, às vezes de acordo, muitas vezes em desacordo, mas sempre com o intuito de fazer o melhor e dar o seu melhor. Em relação às questões da comemoração do 10 de junho, essa questão já havia sido colocada em sede de Reunião de Câmara pelo senhor Vereador João Domingues, o que aconteceu foi que houve uma transmissão em *streaming* dentro do espaço onde se realizou a cerimónia e o que foi feito lá fora por falta de condições, não foi passado em *streaming* e foram captadas imagens e som. A ideia inicial era fazer um trabalho de uma reportagem para publicar, dando uma notícia sobre o acontecimento utilizando as imagens de fora e o som. No entanto, a qualidade do som e das imagens captados não foram as melhores. Os representantes da Filarmónica Vaguense pediram esse vídeo, e a Câmara Municipal vai disponibilizar, mas não tem a qualidade que seria necessária para fazer esse trabalho. Portanto, ao contrário daquilo que o senhor Presidente informou o senhor Vereador em sede de Reunião de Câmara, infelizmente, não vai ser possível por falta de qualidade da imagem e do som. Em relação à alteração da localização dos contentores essa é sempre uma matéria difícil, porque há sempre quem os tire do sítio e os coloque noutra sítio. Não é fácil, existem as localizações georreferenciadas dos contentores, mas não há forma de impedir que as pessoas os desviem. Outra coisa diferente é os contentores que na requalificação da estrada do Fontão-Salgueiro, EM 335, estão fora da zona de passeio e estão na faixa de rodagem, mas só o estarão durante as obras. Já foi articulado com o senhor Presidente de Junta de Freguesia a colocação de suportes para acolher os contentores e será feito isso oportunamente. É importante referir que, quer de um lado quer do outro, está sinalizada a via em intervenção e os condutores terão de circular de acordo com essa informação, ou seja, com mais cuidado. Quando o trabalho estiver concluído os contentores estarão colocados, não de modo definitivo, porque não vão ainda ser feitos os passeios, mas irá ser colocado *tout venant* e há a hipótese de ter ali os contentores bem localizados. Para além disso nesta estrada, em relação às passadeiras não vale a pena estar-se a fazer nada por agora, pois está-se a terminar a colocação de lancil e depois o empreiteiro irá colocar, por conta dele, por conta da empreitada, porque as coisas não ficaram bem. Na empreitada inicial estavam previstas as passadeiras elevadas. Em relação aos passeios da Lavandeira é algo que está a ser articulado com a Junta de Freguesia e esta terá os seus planos, a Câmara Municipal cede o material. No que respeita à estrada Rines-Sanchequias estão a ser feitas as reparações. Tem sido um processo difícil e espera-se que seja encerrado em breve. O Município de Vagos havia candidatado essa intervenção no âmbito dos eixos complementares de mobilidade suave e conseguiu essa aprovação e essa obra para além de já estar paga recebeu um milhão e setecentos mil euros de financiamento. A Câmara Municipal já foi notificada dessa aprovação, aguardar-se agora pela assinatura do contrato. Esta é uma excelente notícia com todo

o mérito de todas as entidades envolvidas. Quanto ao Rali da Bairrada o custo ronda os quarenta mil euros, mas ainda não está tudo apurado. Entre o apoio concedido e os custos que houve: trinta e cinco mil euros de subsídio; cerca de sete mil euros de despesas com os Bombeiros, a Corporação de Vagos, Ílhavo e Oliveira do Bairro. Quanto ao troço Covão do Lobo-Salgueiro são vários acontecimentos nessa mesma estrada. O troço Fontão – Salgueiro já está a ser intervencionado. O troço no Rio Tinto já foi adjudicado e aguarda-se que o empreiteiro venha fazer as pavimentações da totalidade da rua. O troço de Santa Catarina até ao Covão do Lobo foi lançado o concurso da empreitada na última Reunião de Câmara, uma intervenção de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros. Assim, ficará mais um dos eixos rodoviários do Concelho completo. Quanto à questão do IHRU, foi aprovado em sede de Assembleia Municipal a Estratégia Local de Habitação que possibilitou a que na semana passada fosse assinado o protocolo com o IHRU. O protocolo assinado é para o investimento da Câmara Municipal, onde estão previstos custos na ordem dos cinco milhões de euros, sendo que deste montante dois milhões e setecentos mil serão financiados a fundo perdido. É um investimento que terá de começar muito em breve, e que até já começou com a identificação das famílias em colaboração com as Juntas de Freguesia e as IPSS's. Ao contrário do que estava previsto inicialmente o prazo passou de quatro para seis anos. Os outros cinco milhões são para investimento privado, ou seja, a Câmara Municipal terá de estimular as famílias a fazer esse investimento e será um pouco mais difícil de alcançar, mas requer outro tipo de trabalho por parte da Autarquia. Relativamente à elevação das Freguesias a Vilas já não será neste mandato. -----

Em relação à variante o senhor Presidente já perguntou por diversas vezes ao CDS a que variante é que se refere, porque não sabe a qual é que se refere. Se a variante a que se refere é a que liga perto da Ponte da Água Fria até ao Posto de abastecimento da PRIO esse projeto foi chumbado pelo ICNF, e o senhor Presidente já disse isso imensas vezes. Portanto, esta não é possível fazer. O que se está a fazer para diminuir a intensidade do tráfego no Centro da Vila de Vagos é promover a ligação da A17 à Zona Industrial de Vagos fazendo com que o trânsito que vem todo do Porto de Aveiro seja desviado. O senhor Presidente já manifestou junto da Presidente do Porto de Aveiro nota do desconforto que é o tráfego de viaturas pesadas provenientes de lá. Sendo certo que muitas das viaturas que transportam madeiras é fruto de uma irracionalidade que o país tem, ou seja, existe um grande movimento contra o eucalipto e depois como as celuloses precisam de madeira importam-na do Brasil. Essa madeira do Brasil vem em barcos tão grandes, para justificar o transporte, que não conseguem entrar no porto da Figueira da Foz e têm de vir para o porto de Aveiro e depois é transportada por camião com custos ambientais gravíssimos. É preciso equilíbrios nestas matérias e Portugal tem de ser um país equilibrado, porque estas coisas depois não fazem nenhum sentido. E o senhor Presidente tem manifestado essa preocupação à senhora Presidente do Porto de Aveiro que já levou esta preocupação ao Conselho Consultivo do Porto de Aveiro e em breve irá ter uma reunião com ela para tentarem em conjunto encontrar mecanismos para minorar este impacto com o tráfego de viaturas pesadas no Concelho. Quanto à Capela entre Tabuaço e Mesas é um desafio aos respetivos Presidentes de Junta de Freguesia. Em relação ao

barco moliceiro em Fonte de Angeão era de um particular e o senhor Presidente não sabe o destino que teve. A Cira lançou a candidatura do moliceiro a património da UNESCO e o senhor Presidente teve o cuidado de na altura lançar também o desafio à CIRA para que a Arte Xávega fosse eventualmente objeto de um tratamento igual. Este procedimento já foi lançando tendo em conta a construção naval na Região de Aveiro e também estão incluídos os barcos da Arte Xávega, mas o senhor Presidente considera que o que é importante fazer-se é preservar a Arte Xávega na sua forma tradicional. A EPADRV já adquiriu quatro reses para eventualmente mais tarde poderem servir na recriação da Arte Xávega. Em relação à colocação de luz no centro da Vila o trabalho ainda não está terminado. Em relação à rua da Banda Vaguense ficou um trabalho muito bem feito e tirando o alcatroamento, tudo o resto foi feito pelos serviços operacionais da Câmara Municipal. De facto, Vagos precisa de mais, precisa do alcatroamento da rua da Fonte que está também já adjudicada estando-se a aguardar que o empreiteiro dê início à obra. Provavelmente será difícil começar antes da Época Balnear, porque o tráfego nessa altura aumentará bastante de intensidade. A questão é promover o início da obra da Zona Industrial para cá, porque é uma intervenção menos pesada e haverá condições para começar em breve. Quanto ao plano balnear foi feito novamente um acordo com o Núcleo Empresarial de Vagos e estão a iniciar-se os trabalhos. Há um problema na praia do Labrego, isto é, a concessão atrasou e neste momento está a meio a sua construção. O concessionário diz que tem condições de ainda abrir este verão, mas ao senhor Presidente parece-lhe extraordinariamente difícil. Esta foi a única condicionante que houve, mas há coisas que não dependem diretamente da Câmara Municipal que esteve sempre ao lado do concessionário para ver se as coisas andavam, só que neste momento ele não consegue matéria prima para terminar a obra. O pagamento às Juntas de Freguesia está atualizado, foi pago o primeiro trimestre deste ano. No que respeita à Escola Básica de Salgueiro, e também está na Carta Educativa aprovada em Assembleia Municipal, o destino dela é o encerramento e juntar-se à Escola de Soza. Quanto ao cemitério de Vagos o senhor Presidente não partilha da mesma opinião do senhor Deputado Rafael Castro, embora falem lá os gavetões para as cinzas. A Câmara Municipal está a desenvolver o projeto de requalificação do cemitério e da construção da casa mortuária. Em relação à intervenção do senhor Deputado Hugo Santos o senhor Presidente refuta completamente as acusações que fez, mas ele lá terá as suas razões. A questão da desinformação, muitas das vezes até se pode ver desinformação em alguns documentos da própria Junta de Freguesia, naquelas celebres informações que a Junta dá e o senhor Presidente da Câmara já lá viu muita coisa com a qual não concorda, porque parece que tudo o que é feito na Freguesia de Ouca é feito pela Junta de Freguesia e tudo o que não é feito é porque a Câmara Municipal não faz. E isto também é desinformação. Quanto à comissão de trânsito já foi informado o senhor Presidente de Junta que aquele é um órgão consultivo, terá a sua opinião. No caso concreto da zona central de Ouca, sabe já qual é a opinião da comissão de trânsito, porque já lá estiveram e já o notificaram, desta vez por escrito, para não dizer que não é informado. O que pode acontecer é não estarem de acordo, mas isso é outro assunto. Em relação aos serviços de limpeza urbana a empresa começou a semana passada e os RSU's começará para a semana. A diferença

de preço de Vagos para Oliveira do Bairro o senhor Presidente não sabe o porquê, o que sabe é que se fez um bom negócio, até porque o contrato que está agora a terminar correu muito bem com a Veolia e espera-se que o próximo corra ainda melhor. Quanto à questão da contratação de funcionários é razoável que contratem prioritariamente pessoas do Concelho de Vagos. Relativamente ao pagamento às IPSS's também está em ordem. Em relação à pista de motocross é um projeto que existe e que não condiciona os terrenos, está de acordo com a Junta de Freguesia e para além do mais a única coisa que o senhor Presidente viu em desacordo é a opinião do candidato a Presidente de Junta do PS e do próprio candidato à Câmara do PS. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação ao cemitério não é uma questão de opinião e sim de facto e não se atreve a convidar todos a fazerem uma visita ao local, mas é um desafio bom para o senhor Presidente da Câmara passar lá e ver se o cemitério está em condições ou não. Na opinião do grupo municipal do PS e na opinião de muitos munícipes e muitos vaguenses, aqui da vila, é que o cemitério não está em condições, tem ervas altas, não está devidamente mantido e, por isso, exigir-se-ia um outro tipo de investimento. Relativamente às escolas a informação que há é que a escola de Salgueiro arrancou o ano letivo com vinte alunos e estaria em condições de começar as aulas. A verdade é que ao longo dos meses foram saindo crianças. A questão é saber como é que se garante a inclusão daquelas crianças, se a Câmara Municipal está atenta a esse problema ou não. Por falar em escolas, e estando no final do ano letivo, a informação que há é que a Câmara Municipal há longos meses que não dá nenhum tipo de respostas aos pedidos de equipamento, até de simples bolas de futebol e de basquetebol, que têm sido feito por parte das escolas e do Agrupamento de Escolas. Relativamente à pista de motocross o Partido Socialista é favorável a uma pista conforme está previsto, mas tem dúvidas se de facto também não faz falta um Centro Escolar em Ouca. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra e perguntou se a Junta de Freguesia vai ou não ser notificada por escrito da decisão, porque a informação que foi dada foi de forma informal e gostaria de a receber por escrito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder às questões levantadas. Em relação há questão do cemitério acabou por não perceber se o que se trata é a questão da falta de limpeza ou de falta de investimento no espaço. Como é óbvio todos estão de acordo que o cemitério precisa de investimento, porque se assim não fosse a Câmara Municipal não estaria a desenvolver um projeto de requalificação no sentido de lhe dar outra dignidade e colocando ao lado a Casa Mortuária que há muito tempo é um anseio de todas as pessoas da vila de Vagos. Em Vagos a maioria é católica, mas também já há muitas pessoas de outras vertentes religiosas que neste momento não têm um sítio condigno para poderem velar os seus familiares e, por isso, há que salvaguardar esta questão. Em relação a essa matéria está tudo de acordo, não é preciso nenhuma visita ao cemitério. Em relação às ervas o senhor Presidente não tem essa informação e também não tem essa opinião, mas irá averiguar. Quanto à Escola de Salgueiro, de facto, há um problema de integração e é bom que as pessoas tenham essa noção. A integração de comunidades de minorias étnicas tem que ser uma preocupação. O senhor

Presidente falou ontem com o Diretor do Agrupamento de Escolas, a título informal, e ele disse que neste momento 15% dos alunos das escolas do Concelho são alunos estrangeiros, ou filhos de emigrantes que vieram para Portugal. São mais de trezentos alunos que há neste momento nas escolas do Concelho de origens diferentes. Vagos é um Concelho que acolhe muito bem quem o procura para trabalhar, para investir e para ter qualidade de vida. No caso da Escola de Salgueiro há um problema com alunos de etnia cigana que tem de ser integrados e por isso é que na proposta que foi feita de Carta Educativa Concelhia se colocou a criação de um único edifício escolar na Freguesia de Soza, que recebesse e acolhesse os alunos, quer os que já estão na Escola Básica de Soza quer os alunos que viessem da Escola Básica de Salgueiro promovendo a integração. Um dos instrumentos para promover esta integração é precisamente aquilo que se falou do protocolo com o IHRU para requalificação ou melhoria das condições de habitabilidade das famílias com necessidades. Essas famílias estão devidamente identificadas, já houve reuniões presenciais com elas no sentido de os introduzir nesta questão e de os ouvir acerca daquilo que poderiam ser as soluções para estas famílias para que possam ser integradas de forma devida no Concelho. Esta Estratégia da Habitação Social também é uma estratégia que terá de promover a inclusão desta minoria étnica. No Concelho de Vagos existe uma relação próxima entre as populações, quer de Salgueiro quer do Fontão. Não existe a devida integração, mas também não há qualquer tipo de exclusão e isso é positivo e tem de se aproveitar isto para integrar estas pessoas que também merecem ter oportunidades, como é evidente. Sobre a questão dos pedidos de equipamentos por parte das escolas a informação que o senhor Vereador da Educação deu é que ainda há um mês foram entregues materiais desportivos, deve haver aqui um problema de informação/comunicação. No que respeita à pista de motocross o senhor Presidente folga em saber que os partidos estão todos de acordo, porque não era a sensação com que ficou da opinião do PS e sempre julgou, por aquilo que foi lendo, que era contra a pista de motocross. A pista de motocross não apresenta nenhuma condicionante no terreno e como se sabe já não é possível arranjar financiamento para a construção de centros escolares. No caso de Ouca o que está previsto na Carta Educativa, aprovada em Assembleia Municipal, é a reconstrução da EB de Ouca e não há aqui outro caminho e o grupo municipal do PS sabe disso, porque participaram na discussão deste assunto. E também é do conhecimento público que hoje não é possível fazer investimento em escolas e edifícios escolares novos, ou seja, o investimento que é possível fazer é a requalificação de edifícios existentes. A forma como às vezes as questões são colocadas é enganadora para as pessoas. Quanto à questão do senhor Deputado Hugo Santos, a notificação, o senhor Presidente esclareceu o seguinte: a Junta de Freguesia pediu uma determinada intervenção, o assunto foi levado à comissão de trânsito, foram ao local membros da comissão de trânsito, inclusive a GNR, que não concordam com a sugestão apresentada. Posto isto, o que se pode fazer é encontrar uma posição de consenso. O senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ouca já estiveram por diversas vezes reunidos e nunca se abordou a questão desta forma, ou seja, a de encontrar um consenso. A dúvida do senhor Presidente de Junta é sempre a de enviar a informação e nunca no sentido de o que é que se pode

fazer, porque a dúvida subsistia sempre na informação e não na questão principal. O senhor Presidente da Câmara está disponível para conversar com isso com a Junta de Freguesia e ficou o compromisso de na próxima semana reunirem para falar sobre este assunto e resolver em definitivo esta situação. A comissão de trânsito o que faz é dar a opinião ao Presidente da Câmara para depois a Câmara Municipal poder tomar decisões. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, de acordo com a informação previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal. Primeiro, fez uma correção, ou seja, na página três, na área de Desenvolvimento Económico, onde tem um milhão noventa e três e oito mil e sessenta e oito visitas está errado, não é o número de visitas e sim o número de *pageviews*. Entretanto, prestou alguns esclarecimentos relativamente ao assunto abordado no período antes da ordem de trabalhos, questão levantada pelo senhor Deputado Rafael Castro, um abaixo assinado relativo ao estado de conservação da estrada dos Alemães. Assim sendo, referiu que não mudou nada, ou seja, aquilo que o senhor Presidente disse na última Assembleia Municipal mantém-se. A Câmara Municipal não se pode basear em pressupostos ou “*diz que disse*” e sim em informação concreta. Quando foram reportadas as primeiras situações de ocorrências a primeira coisa que o senhor Presidente fez foi recorrer aos bombeiros, que é a única entidade a par com a GNR com competências para dar este tipo de informações, qual era o número de acidentes que tinham registado naquele local. Os bombeiros só registam quando lá vão e o número de registos que têm era de meia dúzia em três anos, e quem o afirma é o senhor Comandante do Bombeiros Voluntários de Vagos no Jornal O Ponto. Dessa altura para cá mudou o facto de se estar mais atentos àquela situação, até porque no verão passado a Câmara Municipal cortou a vegetação e pode estar relacionado com isso o aumento da sinistralidade naquele local. Entretanto, já depois de várias interações, até com algumas pessoas que depois vieram a estar no abaixo-assinado, e estão no abaixo-assinado muitas pessoas que até são do PSD, e não há aqui nenhuma questão política ou partidária no abaixo-assinado, a Câmara Municipal deslocou-se ao local. Depois de ter ido ao local, na semana passada, e de os serviços municipais terem sugerido a colocação de lombas nas curvas, para abrandar a entrada nas curvas, foi sugerido ao senhor Presidente, por alguém que também faz do conjunto de pessoas preocupadas com a situação, a colocação de uma tinta antiderrapante. Por coincidência há uns meses atrás houve uma empresa que veio fazer a apresentação deste tipo de serviço, contactou-se a empresa e convidou-se a ir ao local. A empresa deu a sua sugestão de melhoria de condições de tráfego. A Câmara Municipal deslocou-se ao local com o primeiro promotor do abaixo-assinado e comunicou-se-lhe aquilo que era a sugestão dos serviços técnicos e da empresa especializada na matéria. Ao primeiro promotor

pareceu-lhe uma boa solução e ficou de partilhar com alguns dos colegas do abaixo-assinado. A partir do momento que todos estiveram de acordo avançou-se com a adjudicação à empresa e a informação que tem é que talvez seja possível vir a executar o trabalho de segunda-feira a quinze dias, na segunda semana de julho. Neste momento está-se a tratar de todos os procedimentos ao abrigo do CCP. Entretanto, outra coisa que se vai começar a fazer é falar com os proprietários dos terrenos junto à curva para se poder alargar um pouco a curva à imagem e semelhança do que se fez na rua da Banda Vaguense. O senhor Presidente da Câmara agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o trabalho que a Mesa fez nesta situação em concreto. Entretanto, o processo segue a tramitação normal e por parte da Câmara Municipal o senhor Presidente está perfeitamente tranquilo com tudo aquilo que foi feito, sempre no sentido de não prejudicar o interesse público e proteger a vida e a integridade dos cidadãos. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra e referiu que na informação da ação social está escrito que há seis apartamentos devolutos no Bairro Dr. Pedro Guimarães. Na última Assembleia o senhor Presidente tinha respondido a esta questão e disse que depois da intervenção já estavam habitáveis. Em que é que ficamos? É a informação que não foi retificada ou é os apartamentos que não foram restaurados? Perguntou. No que diz respeito à questão do Palacete Visconde de Valdemouro este é mencionado na informação jurídica, isto quer dizer o quê? É um mau planeamento da Câmara Municipal de Vagos ou é apenas um castigo da “mãe natureza” por a obra prever o corte de árvores tão antigas? Questionou. Como resposta à estrada dos Alemães é muito positivo ver que os cidadãos participam, que se envolvem e que isso traz frutos para o Município, mas deixa mais uma questão: qual foi o parecer da Comissão de Trânsito acerca deste assunto? Na última Assembleia Municipal o senhor Deputado trouxe aqui algumas lacunas do site da Câmara Municipal e alertou para a importância de este estar com informação mais atualizada. O senhor Presidente respondeu que *“quanto à questão do site da Câmara Municipal termina hoje o prazo dado aos serviços para darem a informação ao Gabinete de Comunicação para atualizarem o site e, portanto, em breve será efetuada a atualização de todas as matérias, pois há informação que já não devia estar e os separadores quando não fazem sentido retiram-se.”* A última Assembleia foi há dois meses, quanto tempo é que se terá de esperar mais para esta questão ser resolvida. O prazo para a limpeza dos terrenos por parte dos particulares terminou. Quantos proprietários é que foram notificados pela Autarquia que se encontravam em incumprimento? Perguntou. Na informação sobre os serviços operacionais é de salientar que em três Freguesias a informação disponibilizada é exatamente a mesma, limpezas e manutenções diversas. Esta é uma expressão usada quando não se fez nada de concreto? O que é que isto quer dizer do ponto de vista prático para a população? O que é que se pode dizer àquelas pessoas que vivem naquelas Freguesias que a Câmara tenha ajudado a fazer? Haverá alguns exemplos que se possam dar do que foi feito nessas Freguesias? Questionou. Entretanto, questionou sobre o balanço do Rali da Bairrada e sobre o fecho de algumas vias, nomeadamente no acesso ao Centro de Saúde e se isso levou ou não a alguma perturbação do plano de vacinação. O senhor Deputado perguntou ainda se por parte da Câmara há alguma salvaguarda

quanto a futuras edições deste Rali, ou seja, o que é que está a ser feito para não acontecer como foi com o Festival que quando há pouca procura é feito em Vagos, mas depois ganha “asas e voa para outros lados”. No conteúdo das informações do Gabinete de Desenvolvimento Económico sobre o projeto Q’NICE quais é que foram os resultados das entrevistas. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que se está a meio do ano e há 30% da execução da receita e 25% da despesa executada. O senhor Deputado já não se lembra de números assim há muito tempo, e este já não é o ano de dois mil e vinte. Esta execução está muito abaixo do que seria previsto e espetável. Relativamente às contas de fornecedores e empreiteiros o total da dívida anda na casa de quase dois milhões de euros. De realçar, segundo os mapas, a diminuição de quase um milhão de euros de dívida a empreiteiros, de um milhão e quatrocentos para quatrocentos mil euros. O senhor Deputado perguntou se há algum erro na tabela ou se foi mesmo isto que aconteceu, visto que os empréstimos bancários subiram apenas quatrocentos e cinquenta mil euros, onde é que o Município foi buscar esta folga financeira para efetuar um pagamento desta dimensão. A ser verdade é uma boa notícia, principalmente para os fornecedores que certamente estavam asfixiados nestes tempos difíceis e que assim ganha novo flego para enfrentar os tempos que se avizinham. O senhor Deputado já havia chamado à atenção para nomenclatura dos textos, isto é, seria mais fácil adotar sempre a mesma nomenclatura nos mapas e nos textos, pois num sítio aparece empreiteiros e noutros fornecedores de investimento. Entretanto, questionou se no quadro de informação financeira o valor referente a instituições/outros credores se inclui os valores devidos às Juntas de Freguesia e se não inclui seria um contributo importante que se percebesse a evolução dos pagamentos e do aumento ou diminuição da dívida do Município a estas entidades. É uma questão de transparência e seria bom que todos percebessem, até para o senhor Presidente. A Câmara Municipal faz sempre os pagamentos às Juntas de Freguesia dois ou três dias antes da realização das Assembleias Municipais. Outra questão que não vem mencionada no documento, mas deve estar em algum sítio, no meio talvez, é a aquisição de uma viatura pesada no valor de cinquenta e três mil euros e o senhor Deputado pergunta se é uma máquina industrial ou de obra, ou se é alguma máquina de transporte ou veículo de transporte. No que respeita às questões jurídicas e ao arranque das obras no Palacete Visconde de Valdemouro, o tão ansiado Centro Cultural de Vagos, o senhor Deputado pediu ao senhor Presidente que explicasse o pedido de suspensão dos efeitos do ato de adjudicação da obra, em que pé é que está, e se o início da obra está colocado em causa ou não já que há prazos a cumprir para a obtenção dos tão importantes fundos comunitários. Todos sabem que os fundos comunitários têm de ser executados mais ou menos até setembro de dois mil e vinte e três, mesmo assim já com alguma margem, e se esta obra está no bom caminho para estar executada nessa altura, porque se não em termos financeiros não vai ser fácil para a Câmara Municipal. Relativamente ao Rali da Bairrada, que já aqui falaram, o senhor Deputado, ele próprio um adepto de desporto motorizado, só proponha uma alteração que seria de para o próximo ano juntar o desporto ao lazer e à promoção da praia da Vagueira. Os acessos à Vagueira são os que todos conhecem, são dignos de troços de carros de rali, entre buracos e lombas que são

autênticas rampas todo o percurso do Parque de Campismo até à entrada da praia dava certamente um troço final maravilhoso depois a acabar lá em cima com o Mupi do Município que dava uma bela imagem final. Ainda sobre a Vagueira as infraestruturas turísticas, nomeadamente o Espaço Bairrada que está completamente ao abandono, a rolha desapareceu, manutenção aparentemente, a Biblioteca de Verão está completamente ao abandono, está-se a vinte e cinco de junho e dá pena aquelas estruturas ao abandono, depois dos milhares gastos com elas, sendo um mau exemplo da gestão dos dinheiros públicos. Relativamente à informação do planeamento e obras públicas aparece a indicação da requalificação da rua principal Salgueiro-Fontão e o senhor Deputado pergunta se os noventa mil euros são para os passeios que estão lá colocar, e já agora avisar o empreiteiro que os caixotes de lixo estão sempre literalmente no meio da estrada. Continua a aparecer na informação os seis apartamentos devolutos no Bairro Dr. Pedro Guimarães e o senhor Presidente até havia referido que tinham lá sido gastos quatrocentos mil euros a requalificar aquilo tudo. No que respeita ao posto de carregamento elétrico, e já falou com o senhor Vice-Presidente sobre isso, convinha aumentar a rede Wi-Fi naquele espaço onde as pessoas passam algum tempo. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que na página cinco do documento diz-se que a Câmara Municipal está envolvida num projeto de Calioasis num valor até dez mil euros e tanto quanto sabe não é uma associação do Concelho de Vagos nem sabe qual é o seu ramo de atividade e, por isso, pediu informações sobre esta matéria. Por outro lado, questionou porque é que não houve Dia do Município este ano. O senhor Deputado percebe que se tenha festejado alguma coisa no Dia de Portugal, mas o Dia de Portugal não é o dia do Município. Aquilo que é habitual e aquilo que está correto é que a homenagem, nomeadamente aos vaguenses que o mereçam, se faça no Dia do Município. Em relação às Festas de Vagos quis saber porque é que o senhor Presidente sentiu necessidade de atuar na Serenata à Senhora de Vagos. Não tem voz de Fado e ao senhor Deputado não lhe pareceu de bom tom estar a misturar política com religião, e não venha dizer que falou porque lhe pediram para falar, porque o senhor Presidente anda há muitos anos na política para saber quando é que deve ou não falar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia. Em relação à restauração dos apartamentos no Bairro Dr. Pedro Guimarães o valor gasto foram quatrocentos e cinquenta e sete mil euros e foi uma obra concluída há pouco tempo. Existem ainda seis apartamentos que não estavam ocupados porque chovia lá dentro e houve necessidade de requalificar aqueles dois blocos de habitação social para dar mais dignidade às famílias e havia até apartamentos que não podiam ser utilizados. Desses seis apartamentos que existem quatro serão alvo de um concurso público, é assim que é feita a adjudicação da habitação social, e dois ficarão libertos, sem utilização, para responder a potenciais situações de emergência e, por isso, não entrarão no concurso que será lançado em breve. Quanto à questão jurídica do Palacete Visconde de Valdemouro o que se passa é que houve uma adjudicação, ou seja a Câmara Municipal decidiu adjudicar à empresa que ficou em primeiro lugar no concurso que foi feito, por indicação do júri e não havia dúvida nenhuma, pois era a empresa

que apresentava o melhor preço. O critério único era o melhor preço e foi adjudicada a obra à empresa que tinha o melhor preço. Entretanto, a empresa que ficou em segundo lugar recorreu da decisão para os Tribunais Administrativos fazendo menção a que a primeira empresa não tinha o plano de trabalhos devidamente pormenorizada. Portanto, foi por este pormenor que em 1ª Instância foi dada razão à empresa que ficou em segundo lugar e o Tribunal determinou que a obra fosse adjudicada à segunda empresa. Como houve recurso por parte da empresa que ficou em primeiro lugar, e que nessa decisão judicial foi excluída, existe um efeito suspensivo da decisão, ou seja, está à mesma válido o programa de concurso onde o primeiro classificado é a empresa RUCE. Como houve esse recurso está em vigor essa primeira decisão. O que estava aqui em causa era perceber se a Câmara Municipal teria de aguardar pela 2ª Instância ou se podia avançar com a adjudicação à RUCE para que esta possa iniciar os trabalhos e depois aguardar pela decisão do processo administrativo que há-de vir daqui por algum tempo e nessa altura o/a Juiz/Juíza decidirá se a empresa a continuar a empreitada será a RUCE ou a Teixeira & Pinto que é a segunda classificada. O que acontece é que depois destas tramitações todas a Câmara Municipal deverá adjudicar com a RUCE que irá iniciar os trabalhos, estando já agendada uma reunião para se preparar o início da empreitada, e depois se houver uma decisão da Relação relativamente à adjudicação será implementada de acordo com a decisão tomada. Este é o ponto de situação. Quanto à questão das árvores o projeto foi amplamente consensualizado e a questão das árvores, que obviamente incomoda qualquer um, já está devidamente assegurada. O senhor Presidente já falou pessoalmente com a Charcos & Companhia e será feita uma recolha em junho ou julho de rebentos dessas árvores que depois serão plantados noutra local e que darão árvores iguais daqui a uns anos. Para além disso, é importante ter-se a noção que ao retirar aquelas árvores podem ser utilizados os troncos para fazer obras de arte, por exemplo, para serem colocadas dentro do próprio edifício, ou no exterior, como natureza morta. Esses cuidados serão tidos com toda a certeza. No que respeita à informação do site algumas já foram atualizadas outras ainda não. De qualquer forma em dois meses para fazer esta atualização se for a comparar com os dois anos que se está à espera do Governo Socialista para dar informações acerca da descentralização da competência na área da Estrada Nacional 109 ainda se está com vinte e dois meses de adiantamento. Quanto à questão do Rali da Bairrada não é verdade que se tenham fechados os acessos ao Centro de Saúde, foi tida em conta toda essa situação e não esteve em causa o processo de vacinação. Em relação às limpezas e manutenções diversas há imensas que são feitas, nomeadamente redes de águas pluviais, melhorias que são feitas, como por exemplo as que foram feitas na Rua Banda Vaguense, e diversos trabalhos que não têm tanta notoriedade. Relativamente ao Festival de Metal e a relação com a questão do Rali, e se há alguma salvaguarda, a Câmara Municipal está a trabalhar, como sempre trabalha, para fazer o melhor que está ao seu alcance para que as atividades tenham sucesso. No caso do Rali tem sido um sucesso, no caso do festival foi um sucesso na sua primeira vida e é um sucesso na sua segunda vida e o senhor Deputado Rafael Castro devia estar contente por a Câmara Municipal, apesar de ter tido essa dificuldade do produtor, porque queria mais dinheiro e não havia mais dinheiro para

Ihe dar, arranhou forma de continuar com o Festival no Concelho de Vagos. Este ano não haverá o festival naqueles enquadramentos, mas ir-se-á assinalar a data na mesma. Em relação ao facto da execução da despesa estar só em 25%,apesar deste ser um mês onde se irá ainda ter mais receitas, basta que se contratualize o financiamento de um milhão e setecentos mil euros da estrada Rines-Sanchequias para se aumentar brutalmente a execução. Esta questão da diminuição da dívida a empreiteiros tem a ver com a execução dos fundos comunitários que está a entrar em velocidade cruzeiro. Houve alguns atrasos, alguns da Câmara, muitos deles por parte dos programas operacionais, mas não é só no Município de Vagos que isto está a acontecer. A execução dos fundos comunitários está a crescer muito, a Câmara Municipal já recebeu três vezes mais este ano de fundos comunitários do que tinha recebido no ano passado. As obras estão contratualizadas, estão s ser executadas e a fazer-se os pedidos de pagamentos e a receber. Em relação à dívida às Juntas de Freguesia não existe neste momento, está tudo em dia. Relativamente à aquisição de viatura pesada refere-se a um camião. O projeto Calioasis é apoiado pela Câmara Municipal, decisão tomada em sede de reunião de Câmara, porque esta organização pretende instalar-se no Concelho de Vagos. É uma associação que apoia crianças, e famílias de crianças, com cancro. Há ali muito trabalho administrativo que tem de ser feito e a Câmara Municipal está disponível para ajudar. A intenção da associação é instalar a sede no Concelho de Vagos e o local de eleição é a casa florestal que está na estrada Vagos-Vagueira. A Câmara Municipal irá trabalhar em conjunto com a associação, não há certezas se o projeto será aprovado, mas a Autarquia está disponível para financiar uma causa justa como esta. -----

----- O senhor Deputado Tony Richard usou da palavra e referiu que em relação ao Rali da Bairrada quis deixar duas notas. A primeira delas, felizmente sem consequências nas vidas humanas, os acidentes que aconteceram, para além dos custos com a prova os benefícios foram manifestos em termos de comércio. O Município deu a entender que soube trabalhar o Rali da Bairrada junto dos promotores e teve o destaque que mereceu. E isto para chamar à atenção o facto de já ter voado um evento de Vagos, voou para Lisboa, e definhou lá, e estranho seria ver o Rali da Bairrada com a Ponte 25 de Abril como pano de fundo, isso seria muito estranho. De facto, o que ficou em Vagos foi o Metal Fest. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 31 de maio de 2021. -----

----- **PONTO DOIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre uma questão. Na página cento e quarenta e oito, onde faz referências às transferências para as Juntas de Freguesia, dos contratos de delegação de competências, e no somatório aparece um montante de vinte e oito mil seiscientos e trinta e dois euros. No entanto, aquilo que receberam, foi vinte e um mil quatrocentos e setenta e quatro euros. Depois, na página cento e oitenta que faz referência à

transferência aos contratos administrativos de investimento o somatório dá sete mil cento e cinquenta e oito euros e nas transferências a Junta recebeu quatro mil setecentos e setenta e dois euros. O senhor Deputado queria ver esclarecidas estas diferenças. -----
----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o documento de Prestação de Contas costuma ser um momento alto das Assembleias Municipais. Este é um órgão de debate político, de trazer aqui as preocupações dos munícipes, mas é também o órgão por excelência de escrutínio daquilo que é a atividade da Câmara Municipal. O grupo municipal do PS tem dito, desde o primeiro momento, que os orçamentos são muito bonitos e que o senhor Presidente faz belos discursos sobre aquilo que se propõe fazer, mas na prática o resultado é sempre o mesmo. Aquando da Prestação de Contas, como hoje, verifica-se que entre aquilo que são as intenções, entre aquilo que foi o prometido e aquilo que foi o realizado está-se muito aquém. O senhor Deputado chama à atenção três ou quatro questões relativas às contas. Como o senhor Presidente teve ocasião de dizer algumas matérias mais técnicas foram esclarecidas na passada quarta feira, portanto as questões que se trazem aqui tem caráter mais político. Sobre as receitas o irónico, depois de um ano em que ouvimos a Câmara e o senhor Presidente da Câmara vociferar contra a transferência de competências, ainda há pouco disse que o Governo do Partido Socialista estava atrasado, é que estas até aumentaram. E o que é que aumentou em termos de receitas? O que aumentou foi o que teve exatamente a ver com a transferência de competências do Estado Central para as Autarquias e, goste-se ou não, a verdade é que isto trouxe mais dinheiro à Câmara Municipal de Vagos no último ano. Depois, o curioso, também, é que a rubrica que mais cresceu, em termos de receitas, foi o endividamento. Olhando para as despesas o que salta mais à vista é que na aquisição de bens e serviços a Câmara poupou quinhentos e sessenta mil euros. O que está aqui em causa é que a Câmara poupou dinheiro com a COVID 19. Ao contrário daquilo que tem vindo a ser dito, ainda hoje na informação do senhor Presidente da Câmara, ponto um da ordem de trabalhos, está lá uma série de rubricas com o apoio que foi prestado, mas entre aquilo que foi gasto a menos e aquilo que foi dado pela COVID a conclusão que se tira é que Câmara Municipal ganhou dinheiro com a COVID. E isto é muito importante, porque já aqui houve várias discussões com o Partido Socialista a propor que houvesse mais apoios aos vaguenses, àqueles que mais precisassem em termos de rendas de casa, de eletricidade, de água e do gás e foi dito, nomeadamente pelo PSD, que não era possível, que era impensável, que a Câmara não tinha dinheiro para isso. A verdade é que a Câmara não fazendo festas “nem festinhas” poupou, só em aquisição de bens e serviços, quinhentos e sessenta mil euros. Depois, o clássico, cotejar aquilo que foi feito com aquilo que foi prometido fazer. As diferenças de execução são abismais. Não se está a falar de discrepâncias marginais de 2% ou 3% e sim de muitas rubricas que ficaram muito aquém, mas muito mesmo, daquilo que a própria Câmara entendia que devia fazer. Se em termos de receita o panorama é este as conclusões são bastante mais graves quando se olha para a despesa, ou seja, para aquilo que foi o trabalho realizado pela Câmara. Primeira conclusão, a Câmara tinha dito que iria ter aquisição de bens de capital, investimento, na ordem dos oito milhões de euros e só conseguiu realizar três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis milhões de

euros, ou seja, menos de metade. Por cada duas obras que a Câmara inscreveu no plano de atividades só conseguiu fazer uma obra em termos de execução. A questão política que aqui se coloca é quem é que enganou quem? Foi a Câmara Municipal que tentou enganar, foram os membros do PSD que votaram este orçamento que se enganaram a si próprios e que tentaram enganar os outros? A verdade é que aquele orçamento que podia servir para mostrar aos seus Presidentes da Junta que iriam fazer muitas obras, que podia ser mostrado aos munícipes que ia ser feito isto e aquilo a verdade é que era um papel, e não passou do papel, e na perspetiva do grupo municipal do PS nunca houve intenção de que passasse do papel. O que aconteceu em dois mil e vinte já tinha acontecido em todos os outros anos. Há aqui uma nuance que nos outros anos tem sido chamada à atenção, isto é, que há muitas rúbricas que ficam a zero. Desta vez a Câmara Municipal inovou, não ficam a zero, ficaram a branco. A verdade é que há múltiplos casos em que não houve o que inscrever, porque nada foi feito. Em termos da execução financeira a Câmara encerra o ano de dois mil e vinte com prejuízo de dois milhões trezentos e sete mil quinhentos e noventa e seis euros, que acrescem ao prejuízo de dois mil vinte, dois mil e dezanove, dois mil e dezoito e por aí além. Este mandato autárquico também fica claramente marcado por esta sucessão de perda de valor do capital do Município. Há pouco ouviu-se uma expressão “desastrosa” da parte do senhor Presidente da Câmara quando disse que a maior preocupação era a do endividamento. A maior preocupação da Câmara, obviamente, deverá ser a de servir os vaguenses e o desenvolvimento do Concelho. Olhando, então, para aquilo que é a grande preocupação do senhor Presidente da Câmara conclui-se que houve aumento de endividamento em dois mil e dezanove e em dois mil e vinte, ou seja, uma imagem de marca clara da parte deste Executivo é o aumento do endividamento. Entretanto, há uma questão nova, muito preocupante do ponto de vista do senhor Deputado, o aumento de acidentes de trabalho na Câmara Municipal de Vagos. Supostamente, o ano de dois mil e vinte foi um ano que até a atividade teve uma redução e, portanto, era suposto que houvesse aqui também uma redução da sinistralidade. Esta situação é absolutamente inaceitável. É obviamente uma preocupação para os funcionários da Câmara, mas deve ser uma preocupação para todos enquanto responsáveis políticos e isto não pode acontecer. A questão que se coloca é se foi feito um inquérito sobre o que terá acontecido no ano passado, o que é que levou a estes números e tomar atenção, porque isto não pode voltar a acontecer. É inaceitável, qualquer acidente a mais é um acidente que não devia ter acontecido e se em vez de um são mais então é porque alguma coisa está mal em termos daquilo que é o próprio processo de trabalho na Câmara. Há, depois, uma última questão para a qual o senhor Deputado chama à atenção, e já não é primeira vez que o faz nestas ocasiões. O grupo municipal do PS considera que as páginas cento e cinquenta e oito a cento e oitenta do relatório, que foi apresentado, não deviam constar deste documento. Não é aceitável que haja uma listagem dos cidadãos que receberam apoios da parte da Câmara Municipal, apoio de oito euros, de dezasseis euros, em que está o nome da pessoa, o seu número de contribuinte e está a informação se a pessoa recebeu por ser apoiada na escola, por alimentação, por ser apoio à renda da casa, por ser apoio ao crédito à habitação. Esta situação é absolutamente inaceitável em termos morais, em termos éticos e não

vai entrar, sequer, na questão de voyeurismo de estar a ver quem faz parte da listagem. Esta situação não devia acontecer e se não querem colocar em termos éticos que se coloque pelo menos em termos legais, pois o senhor Deputado entende que é uma grosseira violação do RGPD e a Câmara não o devia ter feito. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que em relação a este documento fará dois tipos de análise, uma primeira quanto ao formato e uma segunda quanto ao conteúdo. Quanto ao formato, mais uma vez, o documento vem com um índice, mas não é um índice interativo, ou seja, não tem as ligações dentro do documento e, por isso, de cada vez que é necessário navegar pelo documento tem de se andar para trás e para a frente em vez de carregar num único botão e ter-se acesso à informação logo diretamente. Quanto ao conteúdo, apesar da transição do POCAL para o SNCAP, este novo sistema pode gerar distorções que prejudicam a análise comparativa quando se tenta fazer uma mera equivalência dos saldos e dos fluxos. Há comparações que têm de ser feitas e não há transições que deixem passar em claro que é mais um ano em que se revela a deficiente capacidade de execução deste executivo. Para além de mais um ano de resultado líquido negativo na ordem dos dois milhões e trezentos mil euros, ano após anos as execuções são na ordem dos 70 ou 80%, todas elas após consolidações financeiras. A verdade é que ano após anos as informações do Presidente são analisadas em dezembro e, por exemplo, em dezembro de dois mil e vinte a execução da receita estava nos 60% e quando se vai às Prestações de Contas aparece nos 77%. Relativamente à despesa na informação do Presidente em dezembro de dois mil e vinte a execução era de 59% e chega-se à Prestação de Contas e aparece 77%. São valores que depois têm de ser corrigidos, que têm de ser consolidados. O total da despesa em dois mil e vinte foi de dezoito milhões e quinhentos mil euros, mais 17% que no ano anterior, onde se destaca o aumento de despesas com pessoal, na casa dos 20%. O senhor Deputado pergunta se estes 20% são só o aumento do pessoal não docente da educação ou se há outro tipo de integração de outros funcionários, porque quem passa pelo portal do GOV.BASE.PT há um sem número de contratos de prestações de serviços. Entretanto, questionou também quantos funcionários em regime de prestação de serviços tem atualmente a Câmara Municipal, pois vão-se renovando contratos após contratos e de repente acaba por ser um género de falsos recibos verdes que entram noutra rubrica e que não propriamente os custos com pessoal. Se por um lado há 20% de aumento dos custos com pessoal depois ainda há esta questão dos recibos verdes e das contratações de prestação de serviços que são capazes de empolar este valor. Para quem não está familiarizado com isto, tem-se dezoito milhões e meio de execução da despesa e cinco milhões são para funcionários, isto é, 1/3 da despesa do Município vai só para a questão dos salários. Entretanto, destacou a liquidação do empréstimo do PAEL, é um procedimento que o grupo municipal do CDS-PP já defendia há bastante tempo pela poupança e pelos juros brutais que se andavam a pagar e porque esta renegociação do contrato vem ajudar muito as contas da Câmara Municipal. Por um lado, a questão negativa, e volta-se a falar no assunto, a AdRA, o Município e os Vaguenses continuam a cumprir com a AdRA e esta está atrasada vários anos naquilo que está contratualizado. Os vaguenses cumprem e a AdRA não cumpre, um clássico ao

longo destes anos. Em relação aos níveis de execução dos orçamentos convém dizer que os orçamentos são feitos pelo Executivo, não é a oposição nem os cidadãos que se propõem fazer estas coisas e que depois não cumprem, é apenas o Executivo eleito que é responsável por estas contas. Ao alargar-se as análises das execuções aos últimos quatro anos, fazendo o resumo deste mandato, porque todos os anos é a mesma coisa, a verdade é que dos 100% que o Executivo se propõe executar todos os anos se vai cumprindo 70% a 75% e todos os anos ficam por cumprir 25% nos quatro anos de mandato são 100%. Dos quatro anos que o Município trabalha só trabalha três, porque um ano, na teoria, não faz nada. Os números têm de ser analisados friamente. É assim que vão as contas por Vagos, mais uma oportunidade perdida, mandato após mandato, talvez se explique aqui o atraso em relação a alguns Municípios vizinhos em muitas matérias. -----

----- O senhor Deputado Fernando Julião abandonou a sessão quando eram cerca das vinte horas e cinquenta minutos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à atividade no Concelho explicou que esta não é só a atividade do Município, ou da Câmara Municipal, existem outras atividades e de facto é notório o crescimento que Vagos tem tido nos últimos anos, e isso só não vê quem não quer ver. Em relação ao facto de no documento existirem linhas em branco e de coisas que não são executadas o senhor Presidente deu um exemplo muito concreto. Em dois mil e vinte estava prevista a travessia ciclável e pedonal sobre a Ponte de Fareja, que é o projeto que existe para reconstruir a Ponte de Fareja. Essa obra tinha de estar inscrita no orçamento, porque se não estivesse inscrita não era possível fazer projeto, não era possível candidatá-la e, portanto, ela não se executou efetivamente em dois mil e vinte, só se vai começar a executar este ano, em julho. Não se pôde executá-la já porque o ICNF não permitiu, por causa da nidificação dos passarinhos. Em julho iniciar-se-á a obra. Esta questão das linhas em branco, colocada por parte do senhor Deputado Óscar Gaspar, é feita de forma falaciosa, porque é verdade quando ele diz que as rubricas estão em branco, mas também é verdade que se elas não estivessem lá a Câmara Municipal não poderia avançar com os procedimentos que são necessários fazer previamente para depois fazer a obra. No que respeita às despesas com o pessoal, gastos na ordem de 1/3, sim é verdade, mas é o que é e não foi por força deste executivo, que meteu cerca de cem pessoas pela transferência de competências. Outra intervenção falaciosa do Partido Socialista que referiu que a receita aumentou sobretudo pela transferência de competências, esqueceu-se foi de dizer que houve o respetivo aumento da despesa proveniente desta transferência de competências, porque a Autarquia não tem lucro nenhum com este processo. A Câmara Municipal gasta muito mais na área da educação do que aquilo que recebe do Governo. Quanto à questão do maior crescimento do endividamento o senhor Presidente sempre teve a preocupação de referir que quando se está a fazer investimento e a aumentar a dívida está-se a onerar o futuro dos vaguenses. Assim sendo, fez-se aqui uma opção que foi claramente explicada aos membros da Assembleia Municipal dizendo que o caminho da dívida tem sido diminuído desde dois mil e dez, os números estão à vista, mas agora é preciso fazer outro tipo de investimento e, portanto, é preciso que a dívida aumente de forma consequente

para estes possam ser feitos. Se assim não fosse não seria possível nos anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, por exemplo: fazer a reconstrução da sede dos Escuteiros em Ponte de Vagos, duzentos e cinquenta mil euros de investimento; a beneficiação da estrada Rines-Sanchequias, dois milhões e novecentos mil euros; requalificação do Bairro Dr. Pedro Guimarães, quatrocentos e cinquenta e sete mil euros; requalificação do espaço público frente à Av. Lúcio Vidal 2ª Fase, cento e cinquenta e nove mil euros; Centro Municipal de Recolha e Encaminhamento de Animais, vinte e nove mil e quinhentos euros; reparação de equipamentos da infraestrutura desportiva Estádio Municipal, vinte e oito mil euros; reparação do Pavilhão Municipal de Vagos, cento e quarenta e sete mil e quinhentos euros; requalificação e ampliação da Escola Básica da Quintã, novecentos e setenta e sete mil euros; infraestruturas da Parcela B do Parque Empresarial d Soza, dois milhões cento e quarenta e nove mil euros; reabilitação da Escola Primária da Vagueira em Centro de Promoção e Desenvolvimento dos Desportos Náuticos, cento e dezanove mil euros; requalificação da Rua Principal Salgueiro-Fontão, oitenta e nove mil euros; iluminação do Centro da Vila, cento e vinte e um mil euros; requalificação da Zona Industrial de Vagos, um milhão, cento e noventa e um mil euros; requalificação da Rua da Fonte pista ciclável Vagos-Vagueira, está adjudicada por novecentos e setenta e cinco mil euros; beneficiação de arruamentos na Freguesia de Ouca, adjudicada por cento e quarenta e nove mil euros; reabilitação da antiga Ponte de Fareja, está adjudicada por cento e oitenta e três mil euros; beneficiação da estrada principal do Covão do Lobo, cento e trinta e nove mil euros. Obras que irão iniciar este ano e que estavam previstas para dois mil e vinte mas tinha de ficar inscritas para se iniciarem os procedimentos: Centro Náutico e Piscatório da Praia da Vagueira, novecentos e dezanove mil euros; reabilitação do Palacete Visconde de Valdemouro, quatro milhões duzentos e cinquenta e sete mil euros. Estão em procedimento, tendo algumas já começado no ano passado: pista ciclável Zona Industrial de Vagos - Centro Escolar da Gafanha da Boa Hora -Praia da Vagueira, seiscentos e cinquenta mil euros; requalificação da Rua Principal Santa Catarina – Covão do Lobo, seiscentos e cinquenta mil euros. Se isto não é investimento então, digam senhores membros da Assembleia Municipal, o que é que é investimento. Depois, a questão de que o COVID poupou dinheiro ao Município de Vagos *“essa é para rir, com certeza”*, porque a Câmara Municipal teve um aumento de despesas. Obviamente, houve algumas outras despesas que não foram feitas, mas o senhor Presidente lembra-se bem das críticas que a Câmara Municipal teve por apoiar a cultura e fazer aquele *happening* cultural, com mais ou menos projeção, mais ou menos feliz, do camião palco que percorreu as ruas do Concelho de Vagos e teve despesas com isso. Efetivamente, a despesa diminuiu, o que não é o caso da área da educação, onde se reduziu a contratualização de empresas para atribuir esse trabalho às IPSS's e dar-lhe mais uma fonte de rendimento. A principal preocupação do Executivo Municipal não é o endividamento, mas o endividamento neste contexto que hoje se está a falar é uma grande preocupação e sempre foi. A principal preocupação é que o Concelho de Vagos seja sustentável e que crie riqueza e dinâmica como tem criado e tem sido visto pelo número de empresas que se têm deslocalizado para o Concelho de Vagos e números de postos de trabalho que têm sido criados. Infelizmente, hoje, Vagos já nem tem

recursos humanos suficientes para responder à procura que as empresas têm e essa, neste momento, é outra preocupação que se tem, ou seja, arranjar mão de obra para as empresas do Concelho. Em relação à questão dos acidentes de trabalho, segundo se apurou, o seu aumento também se deve ao aumento do número de trabalhadores, principalmente as assistentes operacionais que estão nas escolas. Se aumentou o número de funcionários aumentou a possibilidade de acidentes de trabalho. A Câmara Municipal tem Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho, tem contratualizado médico para todos os funcionários, o médico visita com frequência os funcionários, e portanto, estão criadas todas as condições de trabalho inclusivamente, e passou um pouco despercebida, mas era uma coisa antiga, que era o facto dos funcionários terem um fardamento devido para poderem andar na via pública, um grande investimento que a Autarquia fez. Os funcionários da Câmara Municipal poucos pararam e em poucos momentos. A Câmara Municipal esteve sempre com alguns serviços em funcionamento, deslocou funcionários para as IPSS's e para o Centro de Vacinação. Ainda hoje a Câmara Municipal tem Técnicos Superiores e Assistentes Operacionais a ajudar no processo de vacinação e, portanto, os funcionários da Câmara Municipal foram uns heróis. E quando o senhor Deputado Óscar Gaspar diz que eles não trabalharam durante a COVID isso não corresponde minimamente à realidade, eles trabalharam e muitos fizeram coisas que não era suposto fazerem e que o fizeram porque lhes foi solicitado e eles aceitaram e até têm esse mérito adicional. O que aumentou foi o número de baixas e não o número de acidentes de trabalho. Relativamente aos apoios escolares e da divulgação o senhor Presidente refere que as listas de apoios escolares são públicas, elas são publicadas e afixadas nos Agrupamentos de Escolas e se este documento cumpre com o RGPD, ou não, não sabe, e não sabe responder. No entanto, irá ser verificado se cumpre o RGPD. A Câmara Municipal tem todos os cuidados, porque os processos de apoio social que vão à Reunião de Câmara são identificados por número e não nome das pessoas. Quando a ata é publicada ao processo é atribuído um número e não o nome. As listas dos apoios sociais são aprovadas pela Câmara Municipal e depois são afixadas nas escolas, as listas são públicas. No entanto, esta é uma questão que irá ser analisada para se saber como atuar na próxima Prestação de Contas. Em relação à questão levantada pelo senhor Deputado Hugo Santos o senhor Presidente informou de que o Chefe da Divisão Financeira, Nuno André, na próxima semana explicará o motivo da diferença visto que é uma questão mais técnica. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dois (2) votos contra, do grupo municipal do PS, quatro (4) abstenções, do grupo municipal do CDS-PP, e quinze (15) votos a favor, do grupo municipal do PSD. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar fez uma interpelação à Mesa. *“Tendo em conta a gravidade do assunto, e para poupar trabalho ao senhor Presidente da Câmara, eu gostava de apresentar, em nome do Partido Socialista, um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de remeter à Comissão Nacional de Proteção de Dados o Relatório de Contas da Câmara Municipal de Vagos no sentido de esclarecer se há, ou não, uma violação grosseira do*

RGPD com a identificação do nome das pessoas, no número de contribuinte e do motivo pelo qual há algum tipo de apoio.” O requerimento entregue à Mesa, e que irá ficar transcrito, será anexado à presente ata. “ Tendo em conta as especiais preocupações com a salvaguarda de dados pessoais, nomeadamente no sentido de garantir o cabal cumprimento do RGPD e considerando as informações que constam das páginas 158 a 180 do documento de prestação de contas do município de vagos relativo ao exercício de 2020, de onde consta o nome completo de centenas de munícipes, os respetivos números de identificação fiscal, a natureza dos apoios ou pagamentos recebidos e os montantes em causa, por exemplo de apoio à renda ou ao crédito à habitação, questiona-se os elementos remetidos à sessão da Assembleia Municipal, que é publicado por natureza e pela lei, cumprem os adequados requisitos e como tal, requeremos pelo presente que o senhor Presidente da Assembleia Municipal remeta a questão à Comissão Nacional de Proteção de Dados, no sentido de esclarecer se as referidas informações dos munícipes podem ser publicamente divulgados pela Câmara Municipal.”-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal pede, também ele, uma interpelação à Mesa. “a interpelação à Mesa é para dar nota da politiquice que mais uma vez o Partido Socialista pretende fazer com assuntos que são sérios e não consigo resistir, porque estamos num cenário pré-eleitoral, mas o Partido Socialista nunca tira esta camisola eleitoralista e populista. E, portanto, este tipo de comportamentos eu julgo que não são úteis na política. O senhor Presidente da Assembleia fará aquilo que entender, mas a partir de segunda-feira nós iremos tratar dessa questão internamente no seio da Câmara Municipal e aquilo que o Partido Socialista aqui fez revela uma politiquice barata.”-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Segundo Secretário, senhor Victor Fernando dos Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e cinco minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

O Presidente, _____.